

Evolução e Crescimento do Ensino Superior em Angola

Paulo de Carvalho

Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola)

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL

paulodecarvalho@hotmail.com

Resumo

O autor apresenta a evolução do ensino superior em Angola, desde a sua implementação em 1962 até aos dias de hoje, com 140 mil estudantes. A rede de instituições de ensino superior conta neste momento com 17 universidades (10 das quais privadas), 19 institutos superiores (sendo 12 privados) e 2 escolas superiores autónomas (ambas estatais). A pergunta que o autor apresenta é: será que este crescimento se fez acompanhar da correspondente atenção à qualidade de ensino? A resposta a esta pergunta é negativa, porquanto existem vários indicadores que apontam para a promoção da mediocridade e a ausência de aposta em investigação científica, para além da possibilidade de obtenção de diplomas sem a indispensável competência académica e profissional. Mas o mal vem de níveis inferiores de ensino, tal como o autor demonstra.

Palavras-chave: ensino superior, crescimento e desenvolvimento, qualidade de ensino

Growth and development of higher education in Angola

Abstract

The author illustrates the growth of higher education in Angola, since its implementation in 1962. It now has 140,000 students. The network of higher education institutions currently consists of 17 universities (10 of which are private), 19 higher education institutes (including 12 private) and two independent higher education schools (both state-owned). The author asks the following question: is this growth accompanied by corresponding attention to the quality of teaching? The answer to this question is no. A number of indicators point to the promotion of mediocrity, a lack of commitment to scientific research and the possibility of obtaining diplomas without the necessary academic and professional competences. But the problem begins in lower levels of education, as the author demonstrates.

Keywords: higher education, growth and development, quality of teaching

O ensino superior foi implantado em Angola (então colónia portuguesa) somente no ano de 1962, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola. A Igreja Católica tinha, porém, criado em 1958 o seu Seminário

rio, com estudos superiores em Luanda e no Huambo¹. À criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola seguiu-se a criação de cursos nas cidades de Luanda (medicina, ciências e engenharias), Huambo (agronomia e veterinária) e Lubango² (letras, geografia e pedagogia).

Em 1968, os Estudos Gerais Universitários de Angola foram transformados em Universidade de Luanda, tendo em 1969 sido inaugurado o Hospital Universitário de Luanda. A Igreja Católica havia, entretanto, criado em 1962 o Instituto Pio XII, destinado à formação de assistentes sociais.

No período colonial, o acesso ao ensino superior destinava-se somente a quem integrava as camadas superiores da hierarquia social³, podendo mesmo dizer-se que, nos primeiros anos de implantação em Angola, era difícil que alguém pertencente às camadas médias da hierarquia social tivesse acesso ao ensino superior. O local de nascimento, o local de residência e a posição social determinavam claramente o acesso a este nível de ensino, que reproduzia para as gerações seguintes a estratificação social da Angola colonial⁴.

Com a proclamação da independência política de Angola, em 1975, foi criada a Universidade de Angola (em 1976), mantendo-se uma única instituição de ensino superior de âmbito nacional. No ano de 1985, a Universidade de Angola passou a designar-se Universidade Agostinho Neto, que se manteve até 2009 como única instituição estatal de ensino superior no país. Neste ano, a Universidade Agostinho Neto (UAN) foi “partida” em 7 universidades de âmbito regional, mantendo-se a UAN a funcionar em Luanda e na província do Bengo, enquanto as faculdades, institutos e escolas superiores localizados nas demais províncias passaram a ficar afetos às demais seis novas universidades estatais, a saber:

- Benguela – Universidade Katyavala Bwila (atua nas províncias de Benguela e Kuanza-Sul);
- Cabinda – Universidade 11 de Novembro (Cabinda e Zaire);
- Dundo – Universidade Lueji-a-Nkonde (Luanda-Norte, Lunda-Sul e Malanje);
- Huambo – Universidade José Eduardo dos Santos (Huambo, Bié e Moxico);
- Lubango – Universidade Mandume ya Ndemofayo (Huíla, Cunene, Kuando-Kubango e Namibe);
- Uíge – Universidade Kimpa Vita (Uíge e Kuanza-Norte).

1 Então Nova Lisboa.

2 Então Sá da Bandeira.

3 Acerca da estrutura social na Angola colonial, ver Carvalho (1989 e 2011). Ver também Heimer (1973), Silva (1992-1994), e Vera Cruz (2005).

4 Se é comum o ensino produzir e reproduzir a estratificação social, pois os mais favorecidos não apenas têm maior probabilidade de acesso a níveis superiores de instrução, como também saem melhor preparados dos vários níveis de instrução (cf. Paraskeva, 2009, 2011a e 2011b; Santomé, 2010; Popkewitz, 2011), isso torna-se bastante mais visível numa sociedade colonial.

Neste momento, há registo de sete universidades e nove institutos superiores estatais (estes últimos também autónomos)⁵.

A primeira instituição privada de ensino superior em Angola foi a Universidade Católica de Angola, criada em 1992 e com funcionamento a partir de 1999. Seguiram-se uma série de outras instituições privadas de ensino superior, havendo a registar em 2011 a existência de 10 universidades privadas e 12 institutos superiores privados⁶.

Instituições de ensino superior

Tendo começado com alguns cursos, apenas nas cidades de Luanda e Huambo, o ensino superior em Angola conta atualmente com mais de uma centena de cursos de graduação, em instituições de ensino superior que funcionam em 18 cidades de Angola. Conta ainda com mais de dez cursos de mestrado e dois cursos de doutoramento⁷.

Angola conta atualmente com 17 universidades (7 estatais e 10 privadas), 19 institutos superiores (7 estatais e 12 privados) e duas escolas superiores autónomas (ambas estatais). A designação, sede e ano de criação de cada uma dessas 38 instituições de ensino superior constam da tabela 1 (para o caso das 16 estatais) e da tabela 2 (as 22 instituições privadas).

As universidades possuem, como unidades orgânicas, faculdades, institutos superiores e escolas superiores. A ampliação das instituições de ensino superior está prevista na legislação em vigor, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos de desenvolvimento institucional que carecem de aprovação por parte da entidade estatal que superintende o ensino superior em Angola.

Universidade Agostinho Neto (UAN)	1962	Luanda
Universidade Katyavala Bwila (UKB)	2009 ^a	Benguela
Universidade 11 de Novembro (UON)	2009 ^a	Cabinda
Universidade Lueji-a-Nkonde (ULN)	2009 ^a	Dundo
Universidade José Eduardo dos Santos (UJES)	2009 ^a	Huambo

Tabela 1
Instituições estatais de ensino superior em Angola (2011)

⁵ Neste momento, a legislação prevê a existência de universidades e academias, bem como institutos e escolas superiores autónomos das universidades (para além da possibilidade de criação de faculdades, institutos e escolas superiores em universidades).

⁶ Estes dados foram facultados pelo Ministério de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia de Angola. O autor agradece ao Sr. Diretor de Desenvolvimento e Expansão a disponibilização de dados estatísticos atualizados, que são reproduzidos e analisados neste artigo. Agradece também a disponibilização de dados complementares por parte do Sr. Diretor do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior.

⁷ O presente artigo aborda unicamente cursos de graduação.

Universidade Mandume ya Ndemofayo (UMN)	2009 ^a	Lubango
Universidade Kimpa Vita (UKV)	2009 ^a	Uíge
Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo (ISCED do Huambo)	2009 ^b	Huambo
Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda (ISCED de Luanda)	2009 ^b	Luanda
Instituto Superior de Ciências de Educação do Lubango (ISCED do Lubango)	2009 ^b	Lubango
Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge (ISCED do Uíge)	2009 ^b	Uíge
Instituto Superior Politécnico do Kuanza-Norte	2009	Ndalatando
Instituto Superior Politécnico do Kuanza-Sul	2009	Sumbe
Instituto Superior de Serviço Social de Luanda	2009	Luanda
Escola Superior Pedagógica do Bengo	2009	Caxito
Escola Superior Pedagógica do Bié	2009	Kuito

^a Herdou as infraestruturas e unidades orgânicas da UAN na sua região (com exceção das mencionadas na presente tabela, abaixo)

^b Funcionava anteriormente no âmbito da Universidade Agostinho Neto
Fonte: MESCT (2012)

Tabela 2
*Instituições privadas de ensino superior em Angola (2011)**

Designação	Ano de criação	Sede
Universidade Católica de Angola (UCAN)	1992	Luanda
Universidade Jean Piaget de Angola (UJPA)	2001	Luanda
Universidade Lusíada de Angola (ULA)	2002	Luanda
Universidade Independente de Angola (unia)	2005	Luanda
Universidade Privada de Angola (UPRA)	2007a	Luanda
Universidade de Belas (UNIBELAS)	2007	Luanda
Universidade Gregório Semedo (UGS)	2007	Luanda
Universidade Metodista de Angola (UMA)	2007	Luanda
Universidade Óscar Ribas (UOR)	2007	Luanda
Universidade Técnica de Angola (UTANGA)	2007	Luanda
Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS)	2007	Luanda
Instituto Superior Técnico de Angola (ISTA)	2007	Luanda
Instituto Superior Politécnico de Benguela	2011	Benguela
Instituto Superior Politécnico do Cazenga	2011	Luanda
Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo (Lubango)	2011	Lubango

Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias “Ekuikui II”	2011	Huambo
Instituto Superior Politécnico Independente	2011	Lubango
Instituto Superior Politécnico Kangonjo	2011	Luanda
Instituto Superior Politécnico Metropolitano	2011	Luanda
Instituto Superior Politécnico Pangeia	2011	Lubango
Instituto Superior Politécnico de Tecnologias	2011	Luanda
Instituto Superior Politécnico da Tundavala	2011	Lubango

* Várias das instituições privadas começaram a funcionar antes da sua criação pelo Conselho de Ministros

ª Sucedânea do Instituto Superior Privado de Angola, criado em 2001
Fonte: MESCT (2012)

Acesso ao ensino superior

Os Estudos Gerais Universitários de Angola, instalados em 1963 em Luanda e Huambo, possuíam em 1964 um número de 531 estudantes. No final do período colonial, esse número tinha evoluído para 4.176, com um aumento médio de 22,9 por cento ao ano (ver tabela 3). Com o processo de descolonização, o número de estudantes diminuiu para 1.109 no ano de 1977, o que equivale a uma diminuição drástica, em 73,4 por cento. Só por aqui se comprova a tese apresentada acima, segundo a qual o acesso ao ensino superior estava no período colonial vedado aos angolanos, cuja maioria se enquadrava nas camadas sociais mais desfavorecidas.

O período que se seguiu à proclamação da independência foi conturbado do ponto de vista político, económico e social, assinalando-se inclusivamente o início de uma guerra civil que viria a terminar somente 27 anos depois⁸. O Estado angolano foi disponibilizando recursos insuficientes para o setor da educação, razão pela qual a maior aposta foi então para o ensino de base (incluindo a alfabetização) e, mais tarde, para o ensino médio. No período de 1977 a 2002, o número de estudantes do ensino superior aumentou de 1.109 para 12.566, a um ritmo médio anual de 10,2 por cento⁹.

De 2002 a 2011, o número de estudantes a frequentarem cursos de graduação em instituições de ensino superior em Angola aumentou

8 Sobre estas matérias, ver por exemplo Meyns (1984), Galli (1987), Schoor (1989), Correia (1991 e 1996), Ferreira (1992, 1993 e 1999), Kajibanga (1996), Anstee (1997), Anjos (1998), Guimarães (1998), Hare (1998), Jorge (1998), Sousa (1998), Carvalho (2002), Carvalho, Kajibanga & Andrade (2006), Vidal & Andrade (2008).

9 Esse crescimento foi inferior durante a 1ª República (até 1991), tendo aumentado um pouco mais após o início da democratização do sistema político do Estado e da liberalização económica. Sobre este período, ver Rocha (1997, 2004 e 2011), Queirós (1998), Mateus (2004 e 2007), Carvalho et al. (2006), Rodrigues (2006), Lopes (2007a, 2007b e 2011), Vidal & Andrade (2008), Carvalho (2008, 2010a e 2010b).

para 140.016, como se pode observar na tabela 3. Nesse período, o ritmo de crescimento médio do número de estudantes ao ano foi de 30,7 por cento. Para triplicar o ritmo de crescimento do acesso ao ensino superior, em relação ao período anterior, contribuíram os seguintes fatores:

- a) o termo da guerra civil e o conseqüente aumento do orçamento destinado ao ensino superior;
- b) a expansão do ensino superior para todas as províncias do país – primeiro no quadro da Universidade Agostinho Neto e a partir de 2009, com a criação de instituições estatais de ensino superior de âmbito regional;
- c) a liberalização do ensino superior, com a promoção da criação de uma rede de instituições privadas de ensino superior.

Ano	Nº de estudantes
1964	531
1965	584
1966	706
1967	989
1968	1.252
1969	1.784
1970	2.369
1971	2.668
1974	4.176
1977	1.109
1997	7.916
1998	8.536
2001	9.129
2002	12.566
2003	17.866
2004	24.620
2005	32.173
2008	87.196
2009	98.777
2010	107.099
2011	140.016

Tabela 3

Estudantes do ensino superior em Angola

Fonte: Carvalho, Kajibanga & Heimer (2003); UAN (2006, p. 13); MESCT (2012)

As tabelas 4 e 5 apresentam a evolução do número de estudantes em cursos de graduação, em instituições estatais e em instituições privadas de ensino superior, no período 2009-2011. No que diz respeito às instituições estatais, se em 2008 a Universidade Agostinho Neto (com

sede em Luanda) incluía a totalidade dos estudantes, em 2009 passou a representar 51,1 por cento dos estudantes em instituições estatais e em 2011 esse valor baixou para somente 30,6 por cento.

Instituições estatais	2009	2010	2011
Universidade Agostinho Neto	24.712	19.585	20.536
Universidade Katyavala Bwila	2.160	2.772	6.063
Universidade Mandume ya Ndemofayo	1.468	2.191	5.380
Universidade Lueji-a-Nkonde	1.535	2.101	5.066
Universidade José Eduardo dos Santos	2.308	3.203	4.771
ISCED do Lubango	3.594	3.922	4.656
Universidade 11 de Novembro	3.074	2.943	4.207
ISCED do Uíge	2.642	3.152	3.651
ISCED de Luanda	2.356	2.864	2.619
ISCED do Huambo	2.203	1.819	2.532
Instituto Superior Politécnico do Kuanza-Norte	944	1.544	2.129
Universidade Kimpa Vita	-	-	1.769
Escola Superior Pedagógica do Bengo	392	793	1.093
Escola Superior Pedagógica do Bié	663	683	1.052
Instituto Superior Politécnico do Kuanza-Sul	329	465	954
Instituto Superior de Serviço Social de Luanda	-	265	705
Total	48.380	48.302	67.183

Tabela 4
Estudantes em instituições estatais de ensino superior em Angola (2009-2011)

Fonte: MESCT (2012)

Segue-se a Universidade Katyavala Bwila (com sede em Benguela), com 9,0 por cento do total dos estudantes em instituições estatais de ensino superior. Apesar de ser recente o ensino superior em Benguela, a verdade é que esta universidade registou um grande incremento no número de estudantes no período 2009-2011, visto ter passado de módicos 4,5 por cento dos estudantes do ensino superior estatal em 2009 para cerca da décima parte (9,0%) em 2011.

Vem em terceiro lugar a Universidade Mandume ya Ndemofayo (com sede no Lubango), que é uma das mais imponentes em termos de infraestruturas e possui tradição académica, já que foi em 1969 que se instalou a Faculdade de Letras no Lubango (com os cursos de história e filologia românica). Se em 2009 a Universidade Mandume ya Ndemofayo representava 3,0 por cento dos estudantes do ensino superior estatal, dois anos depois passou a representar nada módicos 8,0 por cento.

Podemos concluir a análise respeitante à grandeza das instituições estatais de ensino superior dizendo que a Universidade Agostinho Neto

foi a única instituição estatal de ensino superior que registou diminuição no número de estudantes no período 2009-2011 (em 16,9%). Quem mais compensou essa quebra registada nas províncias de Luanda e Bengo foram a Universidade Mandume ya Ndemofayo (com um incremento da ordem dos 266,5% no mesmo período), a Universidade Lueji-a-Nkonde (com um incremento em 230,0%), o Instituto Superior Politécnico do Kuanza-Sul (com um aumento em 190,0%) e a Universidade Katyavala Bwila (com um incremento da ordem dos 180,7%).

No que diz respeito à grandeza das instituições privadas de ensino superior (medida pelo número de estudantes), a tabela 5 é suficientemente esclarecedora. Lidera a Universidade Jean Piaget de Angola, que é uma das mais antigas instituições privadas de ensino superior em Luanda (e no país em geral) e que representa 11,7 por cento do total de estudantes do ensino superior privado em Angola. Seguem-se a Universidade Técnica de Angola (9,7%), a Universidade Independente de Angola (9,0%), o Instituto Superior Técnico de Angola (8,1%) e as Universidades Lusíada de Angola e Gregório Semedo (7,9% cada uma).

O maior crescimento do número de estudantes no período 2009-2011 foi registado no Instituto Superior Técnico de Angola – crescimento em 322,5 por cento, tendo passado de um modesto 12º lugar em 2009 (com apenas 2,8% do total de estudantes neste tipo de instituição) para o atual 4º lugar (com os já referidos 8,1%). Quem também registou grande crescimento no número de estudantes neste período foi o Instituto Superior Politécnico Metropolitano, que duplicou o número de estudantes em apenas dois anos (aumento da ordem dos 121,6%) e representa agora 4,2% do total de estudantes no ensino superior privado. Um terceiro destaque em relação a esta matéria diz respeito à Universidade Privada de Angola, que registou uma diminuição de 33,9% no número de estudantes no período 2009-2011.

Instituições estatais	2009	2010	2011
Universidade Jean Piaget de Angola	7.323	8.597	8.495
Universidade Técnica de Angola	4.005	5.908	7.044
Universidade Independente de Angola	5.842	5.489	6.561
Instituto Superior Técnico de Angola	1.390	3.680	5.873
Universidade Lusíada de Angola	5.089	5.586	5.722
Universidade Gregório Semedo	3.845	4.033	5.722
Universidade Óscar Ribas	3.083	3.936	4.942
Universidade Católica de Angola	3.691	3.697	4.524
Universidade de Belas	2.786	2.737	4.414
Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	2.448	3.316	3.583

Universidade Privada de Angola	4.871	3.889	3.222
Instituto Superior Politécnico Metropolitano	1.390	2.227	3.080
Universidade Metodista de Angola	1.710	2.496	2.109
Instituto Superior Politécnico Kanganjo	—	—	1.658
Instituto Superior Politécnico da Tundavala	872	1.078	1.505
Instituto Superior Politécnico de Benguela	934	987	1.081
Instituto Superior Politécnico do Cazenga	1.118	1.141	1.047
Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	—	—	991
Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias "Ekuikui II"	—	—	750
Instituto Superior Politécnico Independente	—	—	510
Instituto Superior Politécnico de Tecnologias	—	—	—
Instituto Superior Politécnico Pangeia	—	—	—
Total	50.397	58.797	72.833

Tabela 5
Estudantes em instituições privadas de ensino superior em Angola (2009-2011)

Fonte: MESCT (2012)

A terminar, podemos dizer que a Universidade Agostinho Neto se mantém a maior escola de ensino superior do país. Eis as dez principais instituições de ensino superior de Angola (tendo em conta a grandeza, medida pelo número de estudantes):

- Universidade Agostinho Neto, com 20.536 estudantes no ano de 2011 (14,7% do total);
- Universidade Jean Piaget de Angola, com 8.495 estudantes (6,1%);
- Universidade Técnica de Angola, com 7.044 estudantes (5,0%);
- Universidade Independente de Angola, com 6.561 estudantes (4,7%);
- Universidade Katyavala Bwila, com 6.063 estudantes (4,3%);
- Instituto Superior Técnico de Angola, com 5.873 estudantes (4,2%);
- Universidade Lusíada de Angola, com 5.722 estudantes (4,1%);
- Universidade Gregório Semedo, com 5.722 estudantes (4,1%);
- Universidade Mandume ya Ndemofayo, com 5.380 estudantes (3,8%);
- Universidade Lueji-a-Nkonde, com 5.066 estudantes (3,6%).

Docentes do ensino superior

No que diz respeito a docentes do ensino superior, os dados disponíveis dizem respeito ao período 2000-2011, com um interregno em 2006-2007. Tal como se pode verificar na tabela 6, o número de docentes no ensino superior registou um aumento de 58,4 por cento no período 2000-2005, enquanto no período 2005-2011 esse aumento foi de 313,8 por cento.

Enquanto até 2005 o ritmo de crescimento do número de docentes do ensino superior era de 9,6 por cento ao ano, de 2005 a 2011 esse ritmo passou para 26,7 por cento. Isso quer dizer que o ritmo de crescimento do número de docentes quase triplicou nos dois períodos analisados. Este facto demonstra a crescente aposta no ensino superior por parte do governo de Angola, particularmente a partir de 2006 (quatro anos após o término da guerra civil em Angola) – seja com o aumento do orçamento dedicado ao ensino superior, seja através da abertura de instituições privadas de ensino superior, que são consideradas parceiros do Estado em relação a este serviço público.

2000	839
2001	869
2002	988
2003	1.169
2004	1.239
2005	1.329
2008	3.128
2009	3.741
2010	4.652
2011	5.499

Tabela 6

Docentes do ensino superior em Angola

Fonte: UAN (2005, p. 11); UAN (2006, p. 15); MESCT (2012)

A tabela 7 apresenta o rácio estudantes/docentes, dando conta do número médio de estudantes para cada docente do ensino superior. Neste momento, há no ensino superior em Angola 25,46 estudantes para um docente. Nas instituições estatais este número é de 24,27 e nas instituições privadas, de 26,67 estudantes por docente.

Uma vez que os dados relativos a docentes não estão diferenciados segundo a categoria (professores e assistentes), não é possível apresentar rácios em relação a professores (somente a docentes em geral). Mas podemos adiantar que o número de estudantes por professor é bastante elevado e o número de estudantes por doutor será mais elevado ainda.

A este respeito, as instituições privadas estão globalmente pior que as instituições estatais: não apenas as privadas possuem um rácio global superior (mais 2,4 estudantes por docente, como já vimos), como também estão bastante pior em termos de professores e em termos de

doutores. Além do mais, é preciso considerar que parte dos docentes das instituições privadas de ensino superior são docentes efetivos em instituições estatais.

Ano	Rácio
2001	10,505
2002	12,719
2003	15,283
2004	19,871
2005	24,208
2008	27,876
2009	26,404
2010	23,022
2011	25,462

Tabela 7

Rácio estudantes/docentes no ensino superior em Angola (2011)

Fonte: Cálculos próprios, com base em dados das tabelas 3 e 6

A tabela 8 indica quantos estudantes há neste momento por docente, em cada uma das 36 instituições de ensino superior angolanas de que há disponíveis dados relativos ao ano de 2011.

No que respeita às 11 instituições de ensino superior com rácio aceitável para as condições de Angola (abaixo de 20 estudantes por docente), contam-se cinco instituições estatais e seis instituições privadas ou, por outro lado, cinco universidades, cinco institutos superiores e uma escola superior.

Sobre este rácio, temos de chamar a atenção para o facto de os dados disponíveis não estarem diferenciados por curso e por ano de ensino, que são dois fatores que costumam diferenciar significativamente os rácios¹⁰. Mas os dados globais aqui apresentados servem como um dos indicadores respeitantes à qualidade de ensino.

Nº de ordem	Instituição	Rácio
1	Universidade Metodista de Angola	7,81
2	Universidade José Eduardo dos Santos	11,90
3	Instituto Superior Politécnico do Kuanza-Sul	13,44
4	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	15,40
5	Instituto Superior Politécnico de Benguela	16,38
6	Universidade Privada de Angola	16,61
7	Instituto Superior Politécnico Independente	17,00
8	Escola Superior Pedagógica do Bengo	17,35
9	Universidade Kimpa Vita	17,87

Tabela 8

Rácio estudantes/docentes em instituições de ensino superior (2011)

^a 2010.

^b 2009.

Fonte: Cálculos próprios, com base em MESCT (2012)

10 Os rácios são normalmente superiores em cursos de letras, ciências sociais e humanas e pedagogias, bem como nos dois primeiros anos de ensino.

10	Universidade Katyavala Bwila	17,88
11	Instituto Superior Politécnico da Tundavala	17,92
12	ISCED de Luanda	20,30
13	Escola Superior Pedagógica do Bié	20,63
14	Universidade Lueji-a-Nkonde	23,24
15	Universidade Agostinho Neto	23,82
16	Instituto Superior Politécnico Metropolitano	23,88
17	Instituto Superior Técnico de Angola	24,78
18	Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias “Ekuikui II”	25,00
19	ISCED do Huambo	25,07
20	Universidade Lusíada de Angola	25,51 a
21	Universidade Católica de Angola	26,00
22	Universidade de Belas	26,75
23	Universidade 11 de Novembro	26,96 b
24	Universidade Óscar Ribas	27,30
25	Universidade Independente de Angola	27,34
26	Universidade Jean Piaget de Angola	29,70
27	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo (Lubango)	30,03
28	Instituto Superior Politécnico do Kuanza-Norte	31,31
29	Universidade Gregório Semedo	32,51
30	Universidade Técnica de Angola	33,07
31	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	33,18
32	ISCED do Lubango	33,26
33	Instituto Superior Politécnico Kangonjo	35,28
34	Universidade Mandume ya Ndemofayo	37,62
35	Instituto Superior de Serviço Social de Luanda	39,17
36	ISCED do Uíge	56,17

Qualidade do ensino superior em Angola

A terminar e à guisa de conclusão, vamos abordar a qualidade de ensino. Antes, porém, vamos recordar as principais conclusões a que chegámos até aqui.

Em primeiro lugar, constatou-se ter havido algum atraso na implantação do ensino superior em Angola, no período colonial – os Estudos Gerais Universitários foram criados somente no ano de 1962¹¹.

¹¹ Por exemplo, a Universidade do Zimbabué foi criada em 1952 e a Universidade de Lovanium (de que resultaram, mais tarde, a Universidade Nacional do Zaire e a Universidade de Kinshasa) foi criada em 1954. Mas, em contrapartida, a Universidade da Zâmbia foi criada somente em 1966.

A segunda conclusão aponta para sérias dificuldades de acesso ao ensino superior por parte da maioria dos poucos que conseguiam terminar o ensino médio nesse período. Com a proclamação da independência e a descolonização, diminuiu consideravelmente o número de estudantes do ensino superior, tendo-se mantido por algum tempo as dificuldades de acesso a este nível de ensino. Já na década de 1980 se incrementou o acesso ao ensino superior (dentro e fora de Angola), tendo diminuído substancialmente a relação entre a posição social e o acesso ao ensino superior.

O grande *boom* no acesso ao ensino superior em Angola ocorreu com o término da guerra civil (em 2002) e com o incremento da verba orçamental destinada ao ensino superior. A expansão do ensino superior, pelas diferentes províncias do país, veio contribuir para o acesso a esse nível de ensino por parte de um número cada vez maior de jovens.

Neste momento, a pergunta que se impõe é: será que a expansão e o crescimento do ensino superior em Angola se têm feito acompanhar da preocupação com a qualidade de ensino?

Não é possível responder perentoriamente a essa pergunta, porque não está feita qualquer avaliação a instituições de ensino superior em Angola. A Universidade Agostinho Neto (que funcionou durante muitos anos como única instituição de ensino superior) nunca se preocupou com a avaliação ao serviço que prestava. Ultimamente, tem sido o organismo do Estado encarregue pela execução de políticas públicas no domínio do ensino superior que vem preparando legislação que vai obrigar as instituições de ensino superior (estatais e privadas) a submeterem-se a avaliação externa, depois certamente de vários processos de avaliação interna que venham aí a ocorrer.

Não havendo elementos quantitativos de avaliação das instituições de ensino superior, temos de nos limitar à apresentação de elementos que, isoladamente, atestem da qualidade de ensino.

De um modo geral, tudo indica que a qualidade de ensino seja globalmente baixa nas instituições de ensino superior em Angola. Os elementos que contribuem para esta conclusão são os seguintes:

- Má qualidade de ensino em níveis inferiores, que conduzem ao acesso ao ensino superior por parte de estudantes que obtêm avaliações negativas no exame de admissão¹²;
- Tentativa de aplicação de modelos de gestão importados do exterior, sem grande preocupação com a realidade local¹³;
- Quase total ausência de investigação científica, havendo casos individuais que demonstram que se chega mesmo a ignorar

12 Cf. Vera Cruz (2008).

13 Um exemplo é o da insistência da “eleição” de órgãos de gestão das instituições de ensino superior, que se faz realmente pelos grupos maioritários que existem nessas instituições, confundindo-se essa atuação com liberdades académicas. Sobre liberdades académicas, ver por exemplo Kajibanga (1998), Silva (2009).

- quem pretenda promover a investigação¹⁴;
- Despreocupação com a publicação dos poucos estudos que são feitos nas instituições de ensino superior;
 - Ausência de aposta na edição de livros e de revistas científicas, havendo a registar muito poucas exceções a esta regra¹⁵;
 - Deficiente aposta em bibliotecas e laboratórios, havendo mesmo a assinalar a criação de faculdades sem haver a preocupação com a criação destas infraestruturas e sem a aquisição de meios de trabalho indispensáveis a docentes e estudantes¹⁶;
 - Deficiente aposta na formação e atualização dos docentes¹⁷;
 - Promoção de docentes considerando critérios subjetivos e o tempo de serviço, sem atender grandemente aos demais critérios objetivos que a legislação vai já fixando¹⁸;
 - Inadaptação curricular às reais necessidades do mercado de trabalho angolano¹⁹;
 - Promoção de uma cultura da facilidade, que faz com que bom número de estudantes considere que devem ser admitidos a exame estudantes com zero valores²⁰, com que se promova uma “cultura do 10”²¹ e com que se admitam trabalhos de licenciatura em grupo²²;

14 Cf. Silva (2012).

15 Vide Silva (2012, p. 203).

16 Pode aqui citar-se o caso de uma universidade privada que ministrou durante alguns anos um curso de arquitetura sem haver preocupação com a aquisição de estiradores...

17 Durante muito tempo, promoveu-se no ensino superior em Angola a ideia segundo a qual a competência dos docentes estaria aliada à sua formação pedagógica, como se os cursos de formação pedagógica então promovidos (ao invés de servirem apenas de complemento à formação de base) pudessem superar as deficiências de formação dos docentes.

18 Durante muitos anos, o aspeto determinante para a promoção era apenas o tempo de serviço (cf. Silva, 2004). Hoje vão sendo exigidos outros critérios, mas ainda assim continua a haver promoções que não se baseiam no mérito.

19 Sobre esta matéria, ver por exemplo Santomé (2010), Paraskeva (2011a e 2011b), Pinar (2011), Popkiewitz (2011).

20 Na segunda metade da década de 1990 foi introduzida a obrigatoriedade de 7 valores de avaliação contínua (semestral ou anual, consoante a dimensão da disciplina) para acesso ao exame de cada disciplina na Universidade Agostinho Neto, mas há associações de estudantes que se vêm batendo pela anulação dessa regra (que, hoje, não funciona em todas as instituições de ensino superior). Há, mesmo, casos de estudantes que reclamam junto das autoridades académicas por não terem sido admitidos a exame, pois consideram que a avaliação durante todo o semestre/ano letivo não deve ser tida em conta para acesso ao exame de cada disciplina.

21 Há docentes que não corrigem provas e se limitam a aprovar os estudantes, atribuindo 10 a 12 valores (num total de 20 valores possíveis). Em casos destes, os estudantes normalmente não reclamam, pois estão em regra preocupados apenas com a nota para aprovar nas várias disciplinas.

22 Ainda em 2007, na Universidade Agostinho Neto, se fomentava o princípio da facilitação

- Promoção impune da fraude académica, podendo aqui mencionar os casos de docentes cujas aulas consistem em ler um livro em voz alta e de trabalhos de licenciatura sem o mínimo de rigor metodológico²³;
- Promoção da corrupção, que está organizada e se manifesta das mais variadas formas – desde a exigência de pagamento para admissão até ao pagamento para elaboração de trabalhos de licenciatura, passando por pagamento para passagem em várias disciplinas²⁴;
- Combate organizado a quem exige rigor e a quem faz investigação científica em instituições de ensino superior.

Para inversão do atual quadro, de aposta no crescimento sem preocupação com a qualidade de ensino, é preciso apostar na superação das lacunas acabadas de enumerar. É preciso, ainda, que as universidades angolanas apostem na contribuição para a modernização socioeconómica e tecnológica, no fortalecimento da identidade nacional angolana e na formação de elites (Fischman (2011, p. 85). A adoção de uma cultura de rigor e de promoção da competência resultará benéfica no quadro da mais ampla promoção do bem-estar e do desenvolvimento socioeconómico de Angola.

Referências

- Andrade, V. P. de. (1999). Corrupção e crescimento económico. Ciclo de palestras *A promoção de uma gestão pública, ética e transparente*. Luanda.
- Anjos, I. dos. (1998). A agricultura irrigada. Uma contribuição para a recuperação da economia de Angola. Comunicação apresentada às *1^{as} Jornadas sobre Economia de Angola*. Luanda (setembro).
- Anstee, M. J. (1997). *Órfão da guerra fria. Radiografia do colapso do processo de paz angolano. 1992/93*. Porto: Campo das Letras.
- Carvalho, P. de. (1989). *Struktura społeczna społeczeństwa kolonialnego Angoli*. Varsóvia: Instituto de Sociologia da Universidade de Varsóvia.
- Carvalho, P. de. (2002). *Angola. Quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social*. Oeiras: Celta.
- Carvalho, P. de. (2008). *Exclusão social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda*. Luanda: Kilombelombe.

dade através dos trabalhos de licenciatura em grupo. Hoje, várias são as instituições de ensino superior em Angola que permitem impunemente esta facilidade.

23 Num caso e noutro, as direções e os conselhos científicos das instituições nada fazem contra tal forma de atuação. No segundo caso, chega-se mesmo a promover tal atuação (cf. Carvalho, 2012).

24 Há muito que toda a gente sabe que isso se faz, mas regra geral as autoridades académicas não previnem nem combatem de forma incisiva tal comportamento. Cf. Carvalho (2002, pp. 141-151), Andrade (1999), Ngonda (1999), Rocha (1999), Sousa (1999).

- Carvalho, P. de. (2010a). *A campanha eleitoral de 2008 na imprensa de Luanda*. Luanda: Kilombelombe.
- Carvalho, P. de. (2010b). Gangues de rua em Luanda: De passatempo a delinquência. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 63, pp. 71-90.
- Carvalho, P. de. (2011). Angola: Estrutura social da sociedade colonial. *Revista Angolana de Sociologia*, 7, pp. 57-69.
- Carvalho, P. de. (2012). Prefácio. In Maria, P. de C., *Minorias étnicas em Angola. O caso dos San*. Luanda: JZM [no prelo].
- Carvalho, P. de, Kajibanga, V., & Heimer, F.-W. (2003). Angola. In Tefera, D., & Altbach, P. (Orgs.), *African higher education. An international reference handbook* (pp. 162-175). Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press.
- Carvalho, P. de, Kajibanga, V., & Andrade, M. P. de. (2006). *Poder político e sistema de governo em Angola*. Luanda: Fundação Friedrich Ebert (draft).
- Correia, P. de P. (1991). *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do império português*. Lisboa: Inquérito.
- Correia, P. de P. (1996). *Angola. Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin.
- Ferreira, M. E. (1992). Despesas militares e ambiente condicionador na política económica angolana (1975-1992). *Estudos de Economia*, 12 (4), 419-438.
- Ferreira, M. E. (1993). Angola: Política económica num contexto de incerteza e instabilidade. *Actas do Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*, vol. VI (pp. 1360-1386). Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Ferreira, M. E. (1999). *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-1991)*. Lisboa: Cosmos & Instituto de Defesa Nacional.
- Fischman, G. E. (2011). Grandes esperanzas, algunas promesas y muchas incertidumbres: Notas para pensar la “crisis” de las universidades públicas. *Itinerários – Fórum Global de Investigação Educacional*, 1 (2), 83-97.
- Galli, R. E. (1987). A crise alimentar e o Estado socialista na Africa lusófona. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 6-7, pp. 121-163.
- Guimarães, F. A. (1998). *The origins of the Angolan civil war. Foreign intervention and domestic political conflict*. Londres: Macmillan.
- Hare, P. (1998). *Angola's last best chance for peace. An insider's account of the peace process*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press.
- Heimer, F.-W. (1973). Estrutura social e descolonização em Angola. *Análise Social*, 2ª série, X (40), 621-655.
- Jorge, M. (1998). *Para compreender Angola: Da política à economia*. Lisboa: Dom Quixote.
- Kajibanga, V. (1996). O Estado pós-colonial e a questão da defesa nacional. Comunicação apresentada no 1º *Simpósio sobre a Defesa Nacional*. Luanda.
- Kajibanga, V. (1998, novembro). Liberdades académicas e instituição universitária em África. Conferência inaugural proferida no *Fórum sobre a Universidade Agostinho Neto e o Ensino Superior em Angola*. Luanda.

- Lopes, C. M. (2007a). *Roque Santeiro. Entre a ficção e a realidade*. Estoril: Príncipeia.
- Lopes, C. M. (2007b). Comércio informal, transfronteiriço e transnacional: Que articulações? Estudo de caso no mercado de S. Pedro (Huambo) e nos mercados dos Kwanzas e Roque Santeiro (Luanda). *Economia Global e Gestão*, xii (3), 35-55.
- Lopes, C. M. (2011). *Kandongueiros & kupapatas. Acumulação, risco e sobrevivência na economia informal em Angola*. Cascais: Príncipeia.
- Mateus, I. (2004). O papel da mídia no conflito e na construção da democracia. In <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/construcao-democracia.php> (consultado em 12 de junho de 2009).
- Mateus, I. (2007). *Divulgação da instrução do processo e o segredo de justiça*. Conferência proferida na Ordem dos Advogados de Angola. In <http://www.oaang.org/CCismael.htm> (consultado em 12 de junho de 2009).
- MESCT (Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia). (2012). Rede de instituições de ensino superior em Angola. Dados estatísticos. Luanda: MESCT (8 pp., mimeografado).
- Meyns, P. (1984). O desenvolvimento da economia angolana a partir da independência: Problemas da reconstrução nacional. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 2, pp. 121-161.
- Ngonda, L. (1999). A percepção da sociedade civil sobre o fenómeno da corrupção. Ciclo de palestras *A promoção de uma gestão pública, ética e transparente*. Luanda.
- Paraskeva, J. (2009). Desterritorialização, desterritorialização, desterritorialização. Palavra de ordem da teoria curricular itinerante. *Revista Angolana de Sociologia*, 4, pp. 11-38.
- Paraskeva, J. (2011a). *Nova teoria curricular*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Paraskeva, J. (2011b). Desafiando os slogans educacionais. Por uma nova teoria crítica. *Itinerários – Fórum Global de Investigação Educacional*, 1 (2), 59-73.
- Pinar, W. F. (2011). Recolocar os estudos culturais nos estudos curriculares. In Paraskeva, J. (Org.), *Estudos culturais, poder e educação* (pp. 97-124). Mangualde: Edições Pedagogo.
- Popkewitz, T. S. (2011). *Políticas educativas e curriculares. Abordagens sociológicas críticas*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Queirós, F. (1998). A economia tradicional e a transição para a economia de mercado. Comunicação apresentada às *1^{as} Jornadas sobre Economia de Angola*. Luanda.
- Rocha, A. da. (1997). *Economia e sociedade em Angola*. Luanda: Luanda Antena Comercial (LAC).
- Rocha, A. da. (1999). Subsídios para uma análise sobre a corrupção em Angola. Ciclo de palestras *A promoção de uma gestão pública, ética e transparente*. Luanda.
- Rocha, A. da. (2004). *Opiniões e reflexões. Colectânea de artigos, conferências e palestras sobre Angola, África e o mundo*. Luanda: Universidade Católica de Angola.

- Rocha, A. da. (2011). *Alguns temas estruturantes da economia angolana*. Luanda: Kilombelombe.
- Rodrigues, C. U. (2006). *O trabalho dignifica o homem. Estratégias de sobrevivência em Luanda*. Lisboa: Colibri.
- Santomé, J. T. (2010). *O cavalo de Tróia da cultura escolar*. Mangualde: Edições Pedago.
- Schoor, M. von. (1989). O pano de fundo do Acordo entre Angola, Cuba e a África do Sul assinado em Nova Iorque, em 22 de dezembro de 1988. *Africana*, 4, pp. 175-187.
- Silva, E. M. da. (1992-1994). O papel societal do sistema de ensino na Angola colonial (1926-1974). *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 16-17, pp. 103-130.
- Silva, E. A. da. (2004). *O burocrático e o político na administração universitária. Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Luanda)*. Braga: Universidade do Minho.
- Silva, E. A. da. (2009). Autonomia e liberdade académicas na UAN: Realidade ou utopia? *Revista Angolana de Sociologia*, 3, pp. 9-29.
- Silva, E. A. da. (2012). *Universidade Agostinho Neto. Quo vadis?* Luanda: Kilombelombe.
- Sousa, C. de. (1999). O papel dos tribunais no combate a corrupção. Ciclo de palestras *A promoção de uma gestão pública, ética e transparente*. Luanda.
- Sousa, M. A. de. (1998). *Sector informal de Luanda. Contribuição para um melhor conhecimento*. Luanda: Autor.
- UAN (Universidade Agostinho Neto). (2005). *Relatório anual. 2003/2004*. Luanda: Autor.
- UAN (Universidade Agostinho Neto). (2006). *University Agostinho Neto*. Luanda: Autor.
- Vera Cruz, E. C. (2005). *O Estatuto do Indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa. O caso de Angola*. Lisboa: Novo Imbondeiro.
- Vera Cruz, E. C. (2008). Os desafios do ensino superior em Angola. O lugar e o papel das ciências sociais na construção do país e do futuro dos angolanos. *Revista Angolana de Sociologia*, 1, pp. 85-92.
- Vidal, N., & Andrade, J. P. de. (Eds.) (2008). *Sociedade civil e política em Angola. Enquadramento regional e internacional*. Luanda & Lisboa: Firmamento, Universidade Católica de Angola & Universidade de Coimbra.